

IX Congresso Internacional da "Brazilian Studies Association" (www.brasa.org),
27 a 29 de março de 2008, no campus da Tulane University em New Orleans,
Louisiana, Estados Unidos.

PARKATÊJÊ X PORTUGUÊS: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA

Leopoldina Maria Souza de Araújo
Universidade Federal do Pará-UFPA
Secretaria de Educação do Pará-SEDUC/PA, Brasil

Introdução

Apesar de país pluriétnico e pluricultural, o Brasil tem a língua portuguesa como oficial. Rara exceção no Brasil, desde 2006, o Estado de São Gabriel da Cachoeira/AM reconheceu *nheengatu*, *baniwa* do *Içana* e *tucano* como línguas co-oficiais, resultado da demanda dos povos indígenas brasileiros por seu reconhecimento na sociedade brasileira, desde a década de 70.

Os povos indígenas brasileiros têm diversificadas situações de relacionamento com a sociedade circundante. Apresentamos aqui a situação dos *parkatêjê*, cujo atual nome da aldeia sede é significativo: *Kupêjipôkti*, “no meio do branco”.

Os *parkatêjê* (turma da *jusante*)¹ povo do sudeste do Pará, têm uma trajetória que acarreta risco de as novas gerações abandonarem a língua tradicional, hoje falada correntemente apenas pelos velhos, embora as pessoas na faixa dos 30 anos manifestem o interesse de que filhos e netos guardem a memória dos antepassados. Atualmente, porém, ainda que alguns dos jovens já tenham concluído cursos universitários, a comunidade continua fazendo todo o ciclo ritual,² usando pintura corporal, dançando e cantando na língua tradicional. E compartilham a idéia de que livros e discos assegurem às gerações futuras o acervo cultural.

Permito-me lembrar aspectos da história dos *parkatêjê* por mim testemunhada, que exemplificam a resistência cultural dessa comunidade e sua disposição de sobreviver enquanto povo, embora envolvidos, cada vez mais profundamente, no mundo *kupê-estrangeiro* – que em princípio os tem aliciado no sentido de dissolverem-se “no bolo”, negando sua identidade étnica.

Ao final indicarei dois fatos recentes, um interno à comunidade e outro de ordem política nacional, que indicam perspectivas mais favoráveis para os povos indígenas e para a nação brasileira, em que pese o histórico genocídio por todos conhecido.

Quem são os *parkatêjê*

Viajantes do séc XIX evidenciam a presença dos “gaviões” na margem direita do curso médio do rio Tocantins. São conhecidos na literatura como *Gaviões do Oeste*, ou *Gaviões do Mãe Maria*, até que em meados da década de 70, dentro de Projeto de Auto-gestão de Povos

¹ Trata-se da *jusante* do Tocantins, rio que nasce no estado de Goiás, com o nome de *Maranhão* e atravessa ainda os estados de Tocantins, onde começa a ter esse nome, *Maranhão* e *Pará*, onde desemboca na foz do Amazonas.

² Iniciado no mês de fevereiro, com a Festa do Milho Verde, quando a primeira espiga é comida pela pessoa mais velha da comunidade e os velhos comem do milho verde. Só depois desse momento os mais jovens podem comer também.

Indígenas³ assumem o nome de Comunidade Indígena Parkatêjê, nome da turma do Chefe Krôhokrenhũm.

Há quase 35 anos (1974) comecei a trabalhar na então Reserva Indígena Mãe Maria, encontrando duas comunidades com em torno de 50 pessoas cada. Uma delas, os kÿikatêjê (turma do alto) de contato mais recente, havia sido recentemente trazida de Imperatriz, no Maranhão, sendo por isso chamada de “maranhão” pelos moradores da sede. Essas pessoas moravam na Ladeira Vermelha, quatro km distante da aldeia sede e cerca de um km para dentro da mata. Com eles moravam missionários da New Tribes. A outra, de contato mais antigo, morava às margens do igarapé Mãe Maria e também da estrada PA 70 (hoje BR 222), que havia atravessado a Reserva, no sentido Belém-Marabá. Nesta última, chefiada pelo chefe Krôhokrenhũm, “capitão”, como costumou chamar a FUNAI, é que permaneci para estudar a língua da comunidade. Já nessa época, o português era corrente entre as crianças, embora os jovens ainda compreendessem e falassem com os mais velhos a língua tradicional. Mas o chefe declarava então que as crianças só tinham nome português, pois já eram *kupê*, batizados. Corria o ano de 1974.

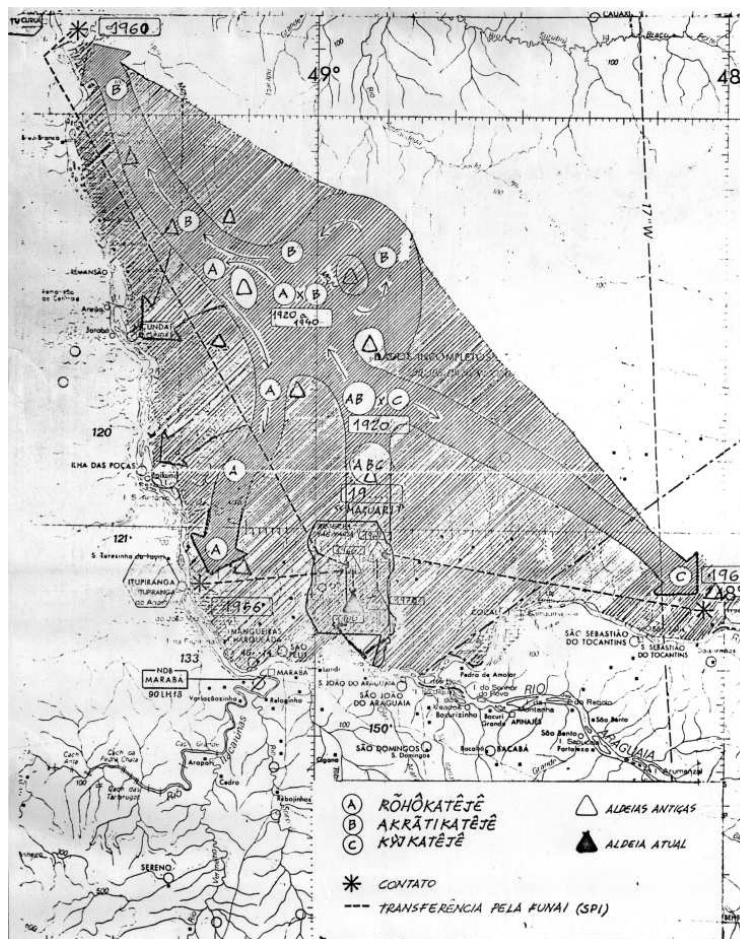


Imagem I - Antigo território de perambulação dos parkatêjê, à margem direita do rio Tocantins, com indicação das aldeias dos três grupos hoje reunidos na Terra Indígena Mãe Maria. (Fonte: FERRAZ, Iara – Dissertação de Mestrado)

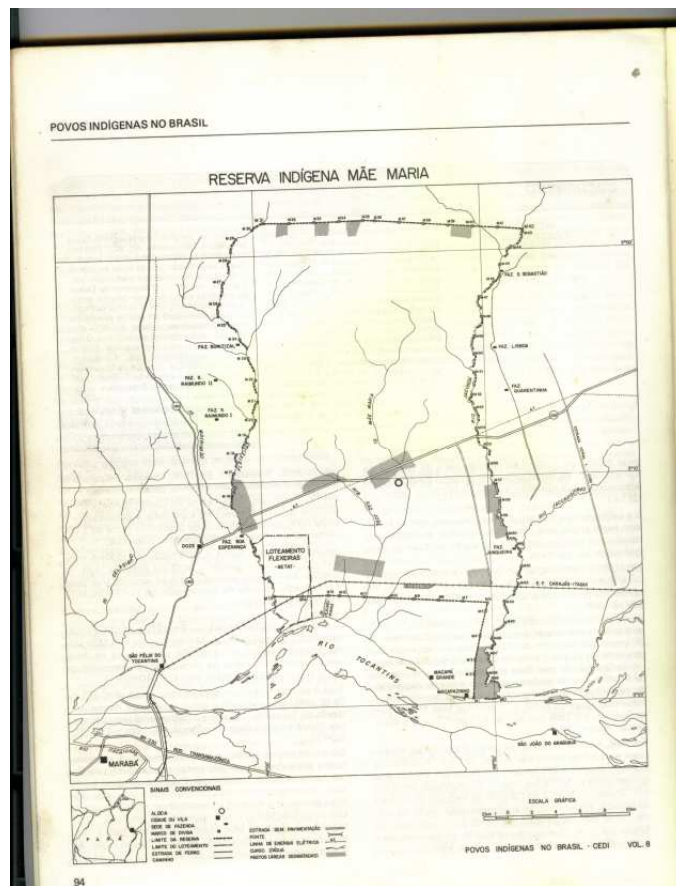


Imagem II - Mapa da atual Terra Indígena Mãe Maria, onde se vê a rodovia BR 222 (linha diagonal superior) e a estrada de ferro Carajás/PA-Ponta da Madeira [Itaqui}/MA (abaixo). Fonte: Povos Indígenas no Brasil – CEDI, São Paulo

Trajatória da resistência

Anos 50 Escapar da morte

Krôhôkrenhûm relata que, em 1956, depois de perder sua mãe, após o perecimento de quase todos os adultos de seu grupo entregou seis crianças dentre as quais sua irmã mais nova⁴, a famílias de Itupiranga, como recurso para garantir a continuidade de seu povo, já que os

⁴ Essa irmã licenciou-se em Geografia, casou com um branco, foi professora da rede estadual e hoje, aposentada, vive na aldeia, com o marido e as duas filhas, casadas ambas com rapazes da comunidade.

adultos estavam morrendo todos. Ele mesmo retornou para a mata, juntando-se com uns poucos, que o acompanharam até o assentamento no atual espaço.

Anos 70 Independência econômica e reafirmação da identidade

Em 1974 comecei a estudar a língua da comunidade parkatêjê, trabalhando diretamente com Krôhokrenhũm e membros do seu grupo, que não ultrapassava 50 pessoas.

Naquele momento, eles coletavam a castanha, comercializada pela FUNAI e pensavam estar acabando. As crianças recebiam nomes *kupẽ*, já não havia festa e a brincadeira tradicional que registrei foi apenas o *mẽjẽ*, troca de alimentos, alternada, entre homens e mulheres.

Em 1975 começou, sob a responsabilidade da antropóloga Iara Ferraz, uma parceria entre a FUNAI e a USP, visando à autogestão de comunidades indígenas, no sudeste do Pará. Os parkatêjê começaram a comercializar a castanha do Pará coletada em suas terras. A comunidade fez a festa do *hàk* (gavião), que há muito não era feita. De fato, uma das festas alternativas do ciclo ritual, que a cada ano é definido: *hàk* e *pàn* (gavião e arara), ou *tep* (peixe).

Após a safra de 1976, eles fizeram a festa do milho verde, que marca o início de seu ciclo ritual. Desde então, muito embora as crises internas da comunidade, em seu contato com a sociedade não-indígena (*kupẽ*) o ciclo ritual tem sido feito nos últimos anos mesmo a “furação de beijo” tem sido regularmente praticada, na iniciação dos *mẽkwatuwa* (jovens do sexo masculino). Certo que há uma adaptação: não se pretende que o jovem mantenha o *akà* (pino abial), aumentando-o progressivamente; agora ele é usado por algum tempo, apenas para deixar a cicatriz que, conforme palavras de Krôhokrenhũm, são a “carteira de identidade” dos membros dessa comunidade indígena.

Ataques ao território

Desde os anos 20 do século passado, o território onde viviam os então chamados “gaviões” começou a ser invadido, por conta dos castanhais;

Nos anos 60 - 1967 – foi traçada uma rodovia (a PA 70, hoje BR 222) que cortou de leste a oeste o seu território, unindo a cidade de Marabá à Rodovia Belém-Brasília;

Nos anos 70 - 1977 – uma outra rodovia (PA150) agrediu o sudoeste da área e a Eletronorte obteve, por Decreto (80.100 de 8/08/1977) autorização para construir a linha de transmissão entre Marabá/PA e Imperatriz/MA, atravessando a Reserva Indígena Mãe Maria;

Nos anos 80, foram duas as agressões ao território: a instalação das torres de transmissão de Tucuruí; a ferrovia Carajás-Ponta de Madeira [Itaqui/MA] (1982).

Todas essas interferências aumentaram o contato com o *kupẽ* e, necessariamente, impuseram a presença sempre maior da língua portuguesa, depreciando o uso da língua tradicional, percebida como insuficiente para os novos relacionamentos que se estabeleciam.

A agressão à língua, que vinha se dando pelo entorno, caracteriza-se então pela presença de um aparelho de TV, que à noite, ligado por uma longa extensão à casa do chefe, era posto no centro do pátio, *kà*, tradicional espaço de reunião dos velhos e fascinava crianças e adultos.

Mudanças na vida cultural e fragilização da língua tradicional

Nos anos 80, portanto, a televisão passou a estar presente na aldeia. As crianças sentadas no chão em frente ao aparelho, os velhos mais longe, sentados em velhas toras, o chefe e um ou outro em cadeiras, mulheres em esteiras, ficavam fascinados com esse novo “contador de histórias”. Era forte instrumento de introdução da língua portuguesa.

A escola da FUNAI trabalhava com as crianças, de 1^a. a 4^a. série. Em dado momento, a filha mais velha do chefe, que havia concluído a quarta série começou a prosseguir os estudos na cidade próxima, Marabá. E a possibilidade de prosseguir a educação formal disseminou-se. O chefe percebeu o risco da saída em massa para continuação dos estudos: afastados do convívio da aldeia, longe dos velhos, expostos à vida *kupê*, haveria o esvaziamento da aldeia, o abandono progressivo dos valores e costumes tradicionais. *Krôhôkrenhũm*, jovem ainda, depois de ver sua mãe morrer, após o perecimento de quase todos os adultos de seu grupo aproximar-se do *kupê*, entregando mesmo seis crianças, dentre elas sua irmã mais nova, a famílias de Itupiranga, como recurso para garantir a continuidade de seu povo. No final da década de 80 percebeu que a estratégia seria trazer o *kupê* para dentro da aldeia, a fim de garantir a sobrevivência da comunidade. E solicitou a implantação de uma escola de 5^a. a 8^a. série dentro da aldeia.

Resistência e agressão contínuas

Em decorrência da passagem das torres de transmissão de Tucuruí sobre a aldeia do Km 30, foi negociada com a Eletronorte a construção de nova aldeia, cerca de 1 km longe da estrada e em círculo, como é a tradição *timbira*. Mas o *kupê* não se interessa pela civilização indígena no que respeita a seus valores, à cultura não material, assim mostraram ao chefe que sua casa deveria ser diferente: construída com um andar, tinha o térreo com um grande salão, para que reunisse os velhos ali, “confortavelmente” e não no centro da aldeia, no chão de terra.

Ainda nos anos 80, *Krôhôkrenhũm* viu a possibilidade de reunir o seu grupo com os *kÿikatêjê* e assim voltar a fazer as festas e brincadeiras, tendo os grupos rituais restabelecidos: os *parkatêjê* são *pàn* “arara” e os *kÿikatêjê hâk* “gavião”.

Nomes tradicionais voltaram a ser dados às crianças.

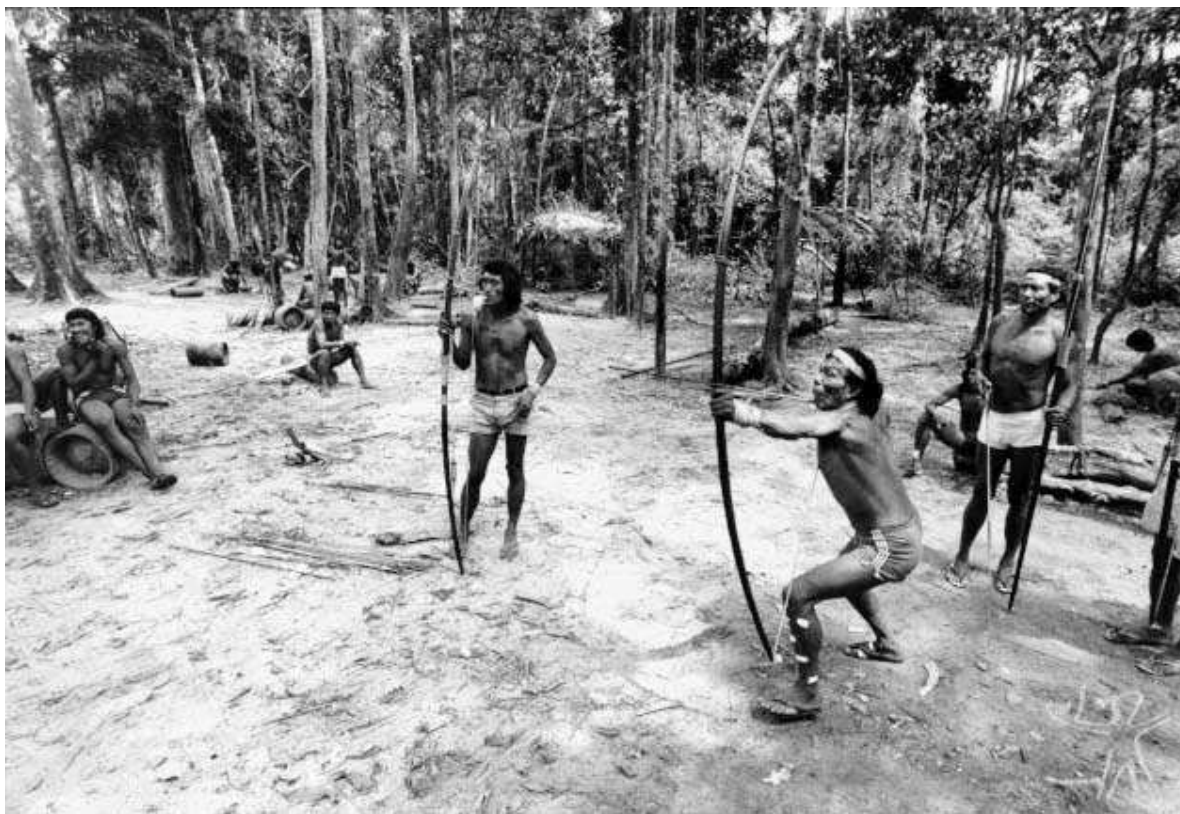


Imagem III - Parkatêjê e kÿikatêjê jogam flecha no acampamento (1983) Krôhokrenhũm em primeiro plano. Paralelo a ele um “maranhão” kÿikatêjê, Kÿipeiti, seu parceiro de jogo, atrás, Paiare, filho de Ronore (Mamãe Grande) da turma retirada de Tucuruí – site do ISA www.institutosocioambiental.org.br

Escola na aldeia como instrumento de revalorização da língua e cultura tradicionais

A Escola Indígena em Regime de Convênio Parkatêjê (1990 a 1994) foi a primeira experiência da Secretaria de Educação do Pará como ensino fundamental dentro de uma aldeia indígena. O Convênio era entre a comunidade indígena, a Companhia Vale do Rio Doce (por força de acordo com o Banco Mundial) e a Secretaria de Estado de Educação. O projeto com duração de cinco anos – para experimentar, como explicava Krôhokrenhũm contou com assessoria etnopedagógica de uma Matemática da UNICAMP (Marineusa Gazzetta), com experiência de trabalho com educação indígena. Integrava atividades comunitárias às escolares, de modo a que a escola não se fizesse um gheto, antes fosse instrumento de integração dos jovens com os velhos, cujo conhecimento tradicional de valores, comportamentos, atividades lúdicas e artísticas deveria ser prestigiado e assimilado, paralelamente ao domínio de novos conteúdos. Pretendeu construir uma escola que, embora instrumento de outra cultura, se integrasse à vida comunitária de modo a não deixar que se apagasse todo o acervo cultural chegado até aquele momento através da transmissão oral, visto serem os parkatêjê um povo ágrafo, que – como tantos outros sistematiza muitas informações na pintura corporal, adornos, instrumentos de caça e música, mas não registra a língua. Durante aquele período foi elaborado coletivamente um livro, com o texto da criação do mundo, segundo a tradição parkatêjê, que só em 1996 teve o aval do chefe para ser publicado, tendo sido entregue à comunidade no final de 1997. A situação sociolinguística da comunidade parkatêjê não é favorável à língua tradicional.

Apenas os mais velhos falam correntemente a língua, muito embora seja possível constatar, mesmo entre eles, ocorrências de alternância de código com o português.

Na geração que está na faixa dos trinta e quarenta anos, muitos já avós, há ainda um certo domínio passivo da língua e muito limitado, mas ainda presente, domínio ativo. Os mais jovens têm um certo domínio lexical em algumas áreas semânticas, tais que reino animal, vegetal, corpo humano, armas e instrumentos musicais..., mas o léxico e o entendimento mesmo, das relações sociais e práticas sociais em desuso, parece estar se perdendo. Eles, porém, participam das festas e brincadeiras, dançando, cantando e identificados socialmente pela pintura corporal. A comida tradicional é ainda feita e apreciada, mas a língua pode ser classificada como ameaçada de extinção.

A partir da publicação em 2001, pelo Instituto de Artes do Pará de um livro e CD com cantos de caçador, gravados por um professor que lá trabalhou durante dois anos e transcritos por mim mesma e pela hoje Dra. Marília Ferreira (UFPA)⁵, houve um retorno do entusiasmo pelo conhecimento e registro dos saberes tradicionais. Um dos filhos do chefe solicitou-me a elaboração de um livro, com informações obtidas junto a seu pai. Nele, a que dei o título “Língua e Cultura Parkatêjê” venho trabalhando juntamente com a Profa. Marina Nascimento, ao mesmo tempo em que amplio o dicionário parkatêjê-português, cujo embrião foi o Vocabulário Parkatêjê, com mil verbetes, parte de minha Tese de Doutorado, na UFRJ e foi incluído em Projeto parcialmente financiado pela Petrobrás, em 2006. Nesta fase, a Dra. Marília Ferreira engajou-se como colaboradora.

Conclusão: resistência, via de mão dupla

As sociedades indígenas brasileiras foram ao longo de toda a história do país esmagadas fisicamente e essa destruição dos falantes é a causa maior do desaparecimento de tantas línguas; o esmagamento cultural, por conta do desprezo e preconceito – ideologia do dominador, assumida pelo dominado, ainda que inconscientemente, é fator complementar para o apagamento de línguas e traços culturais indígenas em nosso país. Mas há que lembrar que a história se faz por ondas e no século passado o movimento iniciado na academia foi pouco a pouco crescendo e ensejando a organização dos povos indígenas que hoje lutam como movimento social por seus direitos; por outro lado, cada vez mais a academia volta sua atenção para os povos indígenas, suas línguas, seus costumes, seus direitos. Por um lado, os povos indígenas percebem sua situação e reivindicam seu espaço, de outro, o país se dá conta da importância desses povos, como dos afro-brasileiros, para a sua identidade. Assim é que dentre tantas outras manifestações, resalto os dois alvissareiros fatos a que aludi no início:

1. Tendo sido chamada pela comunidade parkatêjê para discutir a instalação de escola de nível médio na aldeia sede (já há jovens com formação superior, na aldeia), a representante a SEDUC (que foi professora do Projeto de Escola 1990-1994) foi surpreendida pela “reviravolta” da proposta: em vez de ensino médio, a comunidade prefere implantar a educação infantil, de maneira a trabalhar sistematicamente a língua – oralidade e escrita– com os pequeninos. Mais uma demonstração da resistência parkatêjê, no sentido de não se deixar esmagar pela avalanche de uma sociedade que os alicia para esmagá-los. E a compreensão de que o adulto será reflexo do conhecimento construído na infância, devendo o amor e domínio da língua ser praticado desde tenra idade. Acredito que o desenvolvimento desse projeto

⁵ Que havia sido convidada por mim para trabalhar com o parkatêjê para o seu projeto de Doutorado na UNICAMP.

permitirá envolver as jovens mães – e as avós – em um processo de revitalização da língua na comunidade.

2.. A lei 11.465/08, assinada no dia 10 do corrente mês, pelo Presidente Lula define que história e cultura da população indígena e afro-brasileira, embora não constituindo disciplina, devem ser tratadas obrigatoriamente como temas transversais, no ensino fundamental e médio. A lei substituiu a 10.639 de 2003, que contemplava apenas a cultura afro-brasileira.

A história indígena é uma história de resistência, para fazer face a seu esmagamento e é preciso lembrar que só pode resistir um povo que se mantém vivo. A vitória da luta indígena por sua sobrevivência física e cultural não pode ser considerada “favas contadas”. Apesar dessas alvíssaras, há a cada dia notícia de morte de lideranças e jovens, cortes orçamentários... mas também de pequenas vitórias como desintração de terras e agora essa disposição legal, no sentido de construir uma nova mentalidade, a partir da ação pedagógica no ensino formal de todo o país.

Quanto aos parkatêjê, é sua política lingüística interna – e adequado planejamento - que definirá a revitalização de sua língua. Eles parecem ter compreendido isso.